



Governo Municipal

Rosário do Sul

Por todos nós

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº261/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL, POR INTERMÉDIO DO EXMO. PREFEITO, SR. MARCOS PAULO SILVA DA LUZ e A EMPRESA JM RITCHER LTDA- RAÇÕES E MERCEARIA DA DIVISA.

O município de Rosário do Sul, com sede na Rua Amaro Souto nº 2203, no centro da cidade de Rosário do Sul-RS, inscrito no CNPJ sob o nº 88.138.292/0001-74, neste ato representado pelo Sr. Marcos Paulo Silva da Luz, Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **JM RITCHER LTDA** - inscrita no CNPJ: 45.807.051/0001-68 *sediada na Estrada do Matadouro nº 90 Bairro: Agrovila, na cidade de Rosário do Sul/RS* - doravante designado CONTRATADA, *neste ato representada por sua representante legal Srª Ana Carolina Ritcher CPF: 064.307.471-66 conforme atos constitutivos da empresa* e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação nº101/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1 - Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE**, qual seja: Dispensa de Emergencial de Licitação n.º101/2025 e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA –

2.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor total
1	Biscoito doce tipo Maria , isento de gordura trans, pcaoete de 300 a 400g. Validade, peso e data de fabricação impressos na embalagem, validade de no mínimo 06 meses.	UN	200	R\$ 13,49	R\$ 2.698,00

2	Cacau em pó 50% , Embalagem com informações adicionais, lista de ingredientes, marca do produto, data de validade lote. O cacau deve ser o primeiro item a constar na lista de ingredientes. Embalagem entre 500g e 1kg. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	uN	50	R\$ 72,00	R\$ 3.600,00
3	Sal iodado refinado , embalagem de 1kg com data de validade impressos na embalagem.	kg	70	R\$ 2,20	R\$ 154,00

Valor total: R\$ 6.452,00

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA E PRAZO

3.1 - A **CONTRATADA** deverá entregar os bens contratados em até 07(sete) dias corridos a contar da data do recebimento da nota de empenho.

Local da entrega:

Local e horário de entrega: deverão ser combinados com a secretaria solicitante e com as nutricionistas. Os itens serão recebidos de forma parcelada.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do prefeito.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1- O preço a ser pago pela aquisição do presente contrato é de R\$ 6.452,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais).

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1- As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Conta	Órgão	Projeto/atividade	Natureza da Despesa
159	Sec Munic. de educação	2032000- Aquisição de merenda escolar	3.3.90.30.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1- Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados **pro rata die**, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 - Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

8.2- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

8.3 - Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

8.4 - Dentro do prazo previsto no item **8.3**, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1- A fiscal do contrato será a servidora Diana Moor, e a Gestora a Srª Sandra Beatriz-ambas da Secretaria Municipal de Educação, as quais, exercerão um rigoroso e amplo controle em relação ao objeto contratado.

9.2- A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 222 de 2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Rosário do Sul, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1- São obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
- b) Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis,

quando for o caso.

- d) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- São obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar a entrega do objeto contratado, conforme quantidade e prazos deste contrato, bem como nos termos da sua proposta e das determinações da Secretaria Municipal de Educação.
- b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- c) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- d) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
- e) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultante da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
- f) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DA PROPOSTA

12.1- A **CONTRATADA** presta, neste ato, garantia do cumprimento de suas obrigações contratuais, na modalidade de Dispensa de Licitação correspondente a 5% do valor total da contratação.

12.2- A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1- A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- b) B0 Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
- c) Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
 - d) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - e) Dar causa à inexecução total do contrato.
 - f) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
 - g) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
 - h) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - i) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
 - j) Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
 - k) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - p) Na aplicação das sanções serão considerados:
 - q) A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - r) As peculiaridades do caso concreto.
 - s) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - t) Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
 - u) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- v) Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA**

defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

- w) A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO

14.1- As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

14.2- A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Rosário do Sul/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

15.2 - E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Rosário do sul, 26 de setembro de 2025

Marcos Paulo Silva da Luz
Prefeito Municipal
Cnpj: 88.138.292.0001-74
CONTRATANTE



JM RITCHER LTDA- RAÇÕES E MERCEARIA DA DIVISA
CNPJ: 45.807.051/0001-68
CONTRATADA

